



Os estrangeiros no Porto do Vinho (Século XVIII)

António Barros Cardoso *

A ascendência de estrangeiros na Praça do Porto dos tempos modernos teve como alavanca os benefícios que Portugal concedeu a título de contrapartida para obter os apoios que ajudaram a legitimar D. João IV como rei de Portugal perante as cortes europeias. De facto, britânicos, alemães e holandeses, logo após o fim do domínio filipino, granjearam progressivamente fatias importantes do nosso comércio com o exterior e imiscuíram-se mesmo nos nossos negócios internos.

Muito embora nos acordos celebrados com as potências europeias Portugal tenha assegurado garantias de reciprocidade no tratamento, a verdade é que isso serviu muito pouco os interesses nacionais. Uma clara desproporção de meios de intervenção nas áreas comerciais e de navegação favoreceu antes a Holanda e principalmente a Inglaterra. Assim aconteceu com o tratado de 1642 e mais tarde com o tratado de 1654, celebrados entre Portugal e a Inglaterra. Neste último caso, confirmaram-se acordos anteriores mas acrescentaram-se cláusulas novas que acabaram por beneficiar ainda mais a posição britânica entre nós: Liberdade de comércio, protecção aos cônsules ingleses frente ao poder inquisitorial, liberdade de culto e direito a cemitério próprio, castigo aos infractores da amizade decretada, isenção do pagamento de taxas de amarração aos navios ingleses nos portos nacionais, igualdade no tratamento que Portugal dispensava aos holandeses, obrigação de restituições em caso de prejuízos ou apreensões de mercadorias inglesas e uma cláusula secreta segundo a qual os direitos a cobrar nas alfândegas portuguesas nunca excederiam 23%, somando a sisa, décima e imposto do consulado.

* Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador adjunto do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

Abriu-se à Inglaterra o nosso trato colonial, nomeadamente o trato negroiro. É certo que se consagrou aos mercadores portugueses e em regime de monopólio, a exportação para o Brasil de determinadas mercadorias, nomeadamente farinhas, azeite, bacalhau e vinho e no capítulo das importações, a do pau-Brasil. Contudo, estas reservas acabaram mesmo por se ultrapassadas pela persistência e astúcia comercial dos britânicos.

Foram eles quem de facto conseguiu obter o maior partido deste acordo. À época, Portugal apercebeu-se das desvantagens da sua assinatura e ainda tentou protelar a ratificação. Contudo, este documento serviu de esteio ao domínio britânico sobre a economia portuguesa. Os comerciantes ingleses beneficiaram até da isenção dos dízimos que se cobravam aos nacionais e em troca de tudo isto deram apenas *paz e amizade*¹.

As negociações de preparação do casamento de Catarina de Bragança com Carlos Stuart (1661), avolumaram a cedência aos interesses ingleses. As contrapartidas para Portugal, continuaram a quedar-se nas promessas de ajuda contra hipotéticas investidas espanholas ameaçadoras da nossa independência².

Certo é que o fomento da fixação de mercadores ingleses em Portugal e nas nossas colónias se traduziu na promoção da concorrência entre os produtos coloniais portugueses e ingleses na Europa, em prejuízo da economia nacional. O mesmo se passou com o frágil tecido manufactureiro que, maugrado as políticas levadas a cabo entre 1670-1680 que visaram atenuar o impacte negativo da excessiva presença das manufacturas inglesas nos nossos mercados³, não conseguiu evoluir de forma satisfatória.

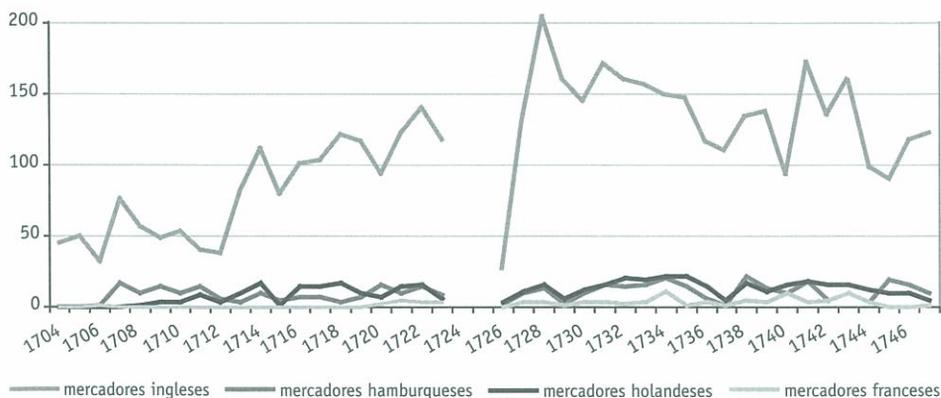
O Porto do Vinho

A cidade do Porto assume-se ao longo da segunda metade do Século XVII e por toda a primeira metade do XVIII como uma praça importante onde se fixam, em número apreciável, estrangeiros de várias nacionalidades de entre os quais se destacam os britânicos. A sua preponderância em número e volume de negócios é visível no diagrama seguinte:

¹ Idem, *Ibidem*, p. 135-136. Contudo, num plano mais estrutural e tendo presente os contributos das contrapartidas em mercadorias para o funcionamento da economia do norte de Portugal, trazidas pelo trato dos vinhos, pelo menos durante a primeira metade do século XVIII, afigura-se-nos que os resultados do vigor do tratado merecem uma análise mais positiva.

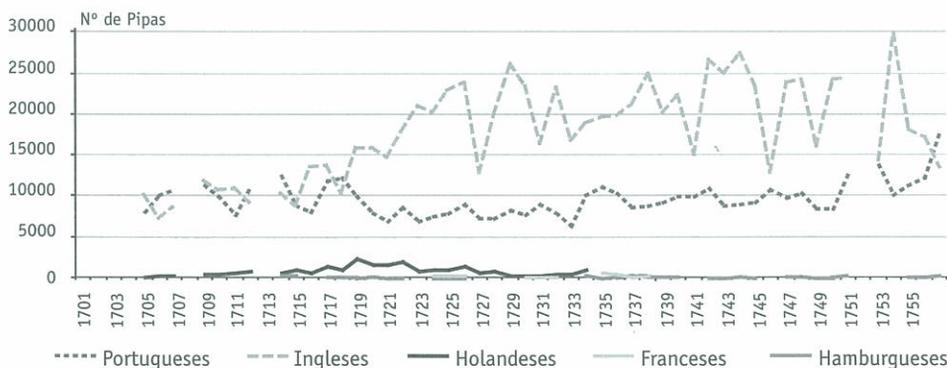
² SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, 1978, p.41-45.

³ Idem, *Ibidem*, p. 31



Número de navios com mercadorias consignadas a mercadores estrangeiros entrados na barra do Porto (1704-1747) ⁴

É possível observar na representação do número de embarcações entradas na barra do Douro entre 1704 e 1747 que, ao longo da primeira metade do século XVIII se encontravam no Porto comunidades estáveis de mercadores de várias nacionalidades: alemães, sobretudo da praça de Hamburgo, flamengos, franceses e ingleses. Contudo, basta atentarmos na diferença do volume de barcos com mercadorias consignadas a cada uma destas comunidades para desde logo se constatar uma clara preponderância dos ingleses na praça do Porto. O vinho do Douro foi sem sombra de dúvida o motor de todo este interesse britânico pela cidade. O diagrama demonstrativo do volume de movimento de vinhos na praça portuense, sectionado por nacionalidade dos mercadores estabelecidos na urbe entre 1700 e 1756, evidencia isso mesmo:



Quantidade de vinho registada na imposição do Porto por nacionalidade dos mercadores (1700-1756) ⁵

⁴ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro*, Porto, GEHVID, 2003, 1.º Vol. p. 80.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 176.

O primeiro inglês que, documentadamente exportou vinhos a partir do Porto foi *Richard Peres* (ou *Pevis*) em 1651⁶ e muito embora a quebra no negócio do açúcar brasileiro tenha afastado alguns ingleses da cidade⁷, a verdade é que, até ao final do século eles vão ganhando raízes no Porto. Animou-os o clausulado dos tratados já referidos (1642 e 1654) e alguns benefícios fiscais que lhes são especificamente destinados, que os colocam em posição mais favorável relativamente aos seus concorrentes de outras nacionalidades e até mesmo em relação aos nacionais⁸.

Sinais importantes do interesse dos britânicos pela praça do Porto constituem as nomeações de *Walter Maynard* por *Cromwell* (1659) como vice-consul da nação britânica na cidade, dando corpo à *Feitoria Inglesa* e do Reverendo *Samuel Barton* (1682) pelo Bispo de Londres, como capelão da igreja anglicana na cidade⁹.

A viragem do interesse dos britânicos para o grande trato vinícola e particularmente para os vinhos do Douro, acontece depois de 1677, altura em que, em face do proteccionismo português, perigava o próspero comércio com o nosso país, avaliado em 400000 libras por ano¹⁰. O investimento no negócio dos vinhos surge nessa altura como alavanca do trato inglês na cidade do Porto e simultaneamente como alternativa ao negócio decadente dos açúcares e tabaco brasileiros¹¹. A concorrência que se passou a fazer aos *claret* bordaleses era até vantajosa para as

⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo – Os Homens as Instituições e o Poder ...*, Iº vol. p.334-335.

⁷ Os ingleses do Porto negociaram ao longo do século XVII com o açúcar do Brasil e com os tabacos e madeiras da mesma proveniência. Estes negócios enfrentaram (a partir de 1642) feroz concorrência das mesmas produções das colónias inglesas da América do Norte, com o conseqüente afastamento dos britânicos do Porto. O Vinho do Douro, entrou nos hábitos comerciais ingleses como produto de substituição dos habituais produtos do trato colonial brasileiro.

⁸ Em 1657, por exemplo, são isentos do pagamento de décimas, maneios, quatro e meio por cento e outras imposições sobre a sua actividade, passando a beneficiar ainda da faculdade de uma isenção de direitos sobre mantimentos e alfaias que provassem se destinavam a consumo próprio em suas casas. Acumulavam tais regalias de carácter económico com a fruição dos privilégios de terem juiz privativo, direitos de menagem e uso e porte de armas ofensivas ou defensivas. *Privilégios que gozavam os Inglezes em Portugal*, in “*O Tripeiro*”, Série I, Ano I, Novembro de 1908, n.º 15, p. 236. Transcrição de uma carta de Privilégios da Rainha Dona Maria, datada de 12 de Outubro de 1791, passada a *Guilherme Chambers* Desembargador Conservador da Nação Britânica, em que se resumem os privilégios dos súbditos britânicos em Portugal naquela data.

⁹ SELLERS, Charles, *Oporto Old and New*, Londres, 1899, p. 47-49.

¹⁰ FRANCIS, Alan Davis, *The Wine Trade*, p. 79.

¹¹ O vinho do Douro não encontrava concorrência nas produções inglesas e o crescimento do seu consumo em Inglaterra conduziria inevitavelmente ao incentivo do plantio de novas vinhas, fomentando postos de trabalho cuja remuneração compraria as lãs e os tecidos britânicos. Assim opinou o adido comercial inglês em Portugal. *SIDERI*, Sandro, o. c., p. 54.



finanças inglesas uma vez que o vinho nacional não era necessariamente pago em dinheiro o que não sucedia com o pagamento dos vinhos de França, evitando-se dessa forma o fluxo de metal precioso para fora de Inglaterra. As manufacturas e matérias primas inglesas entradas no nosso país serviam como contrapartida aos vinhos¹². Aliás, foi esta a opinião do representante dos negócios ingleses em Portugal, quando instado a pronunciar-se sobre o assunto pelo Parlamento de Londres. Os homens de negócio britânicos seguiram este parecer e, quando em 1703 o Marquês de Alegrete pela parte portuguesa e John Methuen em nome da coroa inglesa assinaram o tratado que tomou o nome do embaixador inglês, a verdade é que não se fez mais do que consolidar num acordo aquilo que se havia tornado prática corrente a partir de 1677.

A “feitoria inglesa do vinho”

Aumenta assim o número de agremiados na Feitoria Inglesa no Porto, que passa a apresentar algumas características que a diferenciam de outras que os britânicos fundaram um pouco por todo o mundo, tendo em vista a promoção da sua presença comercial. Torna-a singular o facto de não ter mais do que um ramo para segurar os seus negócios, ao ponto de podermos classificá-la como a “Feitoria Inglesa do Vinho”.

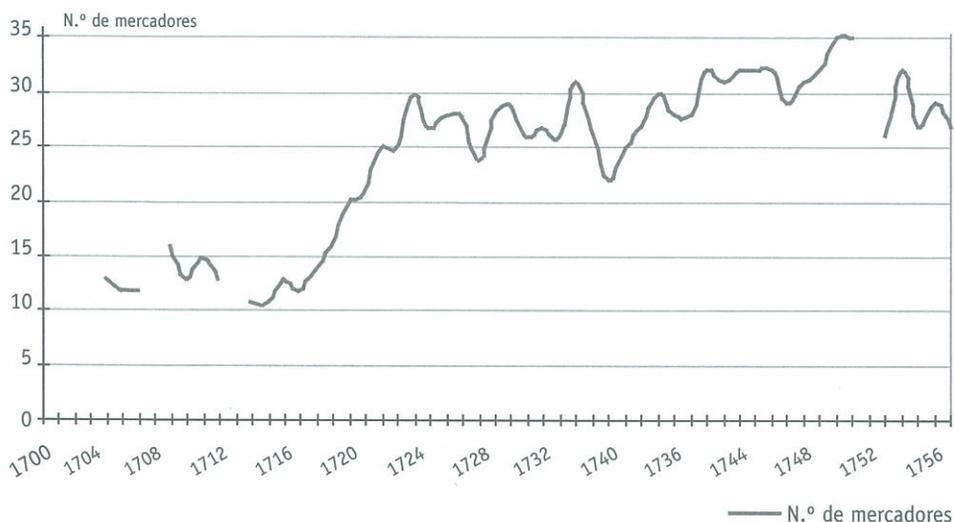
À frente do grémio inglês estava o cônsul, em regra um comerciante local também ele embrenhado no negócio dos vinhos. Entre 1710 e 1756, assim aconteceu primeiro com David Jackson e posteriormente com Robert Jackson, sócios numa companhia de exportação de vinhos. Os poderes do Cônsul britânico do Porto eram limitados já que estava subordinado ao ministro inglês em Lisboa. Obrigatoriamente a ele devia dirigir todas as reivindicações da comunidade que representava, quer junto da coroa portuguesa, quer junto da corte britânica. Por isso, entre as duas entidades havia áreas de choque¹³.

As características do negócio inglês no Porto com os vinhos do Douro revestia aspectos peculiares. Os britânicos do Porto, quer pessoalmente, quer através de comissários, acompanhavam todo o processo de compra e vinificação dos vinhos no Alto Douro. Woodmass nas suas cartas que relatam uma viagem entre Viana do

¹² FRANCIS, Alan Davis, *The Wine Trade*, p. 80.

¹³ Acontecia, por exemplo, em cenários de guerra em que a Inglaterra estava envolvida. Nessas situações a marinha de guerra britânica só concedia protecção directa às embarcações que saíam de Lisboa, ficando os navios do Porto com destino directo aos portos ingleses obrigados a ir à capital portuguesa, para depois serem acompanhadas em conjunto com os que saíam a barra do Tejo. FRANCIS, Alan Davis, *The Wine Trade*, London, 1972, p.186.

Castelo e o Douro, com passagem pela cidade do Porto, efectuada em 1704, dá conta desta prática e das dificuldades que então mais preocupavam os homens do negócio do vinho¹⁴. Consideravam nessa altura os lavradores durienses como geralmente honestos e tinham consciência de que o maior perigo para os interesses comerciais dos britânicos estava nos homens da alfândega do Porto, olhados como uma má classe, onde se pressentia o desejo de verem os ingleses fora do país. Por essa altura (1704) compravam-se vinhos no Douro a (13\$000 réis por pipa), em ano de colheita pouco abundante¹⁵.



Evolução da presença de mercadores ingleses ligados ao trato vinícola na praça do Porto (1700-1756)¹⁶

Os registos da Imposição do Vinho falam-nos de 153 ingleses a comercializar vinhos no Porto, em nome individual, ou associados em firmas que foram constituindo em companhia com outros negociantes ao longo da primeira metade do século XVIII.

Como se pode observar no gráfico acima, até 1715, o número médio de firmas britânicas foi de 12. Entre 1715 e 1723 a média cresce para 22 mercadores. Trata-se do período em que foi mais intenso o crescimento da Feitoria Inglesa do Porto entre 1700 a 1756. A partir de 1723 e até 1740, o número de negociantes britânicos, exceptuando os anos de 1727 e 1736, manteve-se entre 25 e 30¹⁷. Nesse período, em

¹⁴ SELLERS, Charles, *o. c.*, p. 21.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹⁶ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes ...*, vol. I, p. 273.

¹⁷ Para o ano de 1727, altura em que os membros da Feitoria Inglesa do Porto se agrupam na Associação de Exportadores de Vinho, com a finalidade de aumentarem o seu poder de compra aos vinhateiros e de controlarem o preço, o número de firmas inglesas era um pouco superior a 20, estimativa de SCHNEI-



média anual, trabalhavam na cidade 27 firmas inglesas. A média anual do número de negociantes britânicos sobe para 32 entre 1740 e 1750. A partir do ano de 1751, a mesma média desce para os 28 mercadores por ano, ou seja, para um número próximo da média de mercadores ingleses interessados nos vinhos do Porto entre 1727 e 1736.

Que significado atribuir a estes números? Salientamos o facto de o desenvolvimento da comunidade britânica do Porto ter acompanhado de perto o ritmo de crescimento do comércio vinícola na cidade. Os britânicos foram os motores desse crescimento, não admira que o número de firmas agremiadas na sua Feitoria tenha aumentado proporcionalmente. Mesmo num período em que o negócio dos vinhos no Porto conheceu limites à sua crescente evolução, isto é a partir de 1741 e pelo menos até 1750, o número de firmas inglesas não parou de crescer. De facto, apesar de um certo esmorecer da actividade comercial, fruto das más condições de navegação no mar ditadas pelo clima político-militar europeu inerente à Guerra da Sucessão de Áustria (1741-1748), os ingleses do Porto não só se mantiveram activos no negócio, como o mesmo atraiu ainda novos agentes. Na verdade, só a partir de 1750, é que o seu número diminui de forma notória e mais significativa a partir de 1754. Recusamos contudo o cenário de crise a partir de 1750 tendo por base esta diminuição do número de mercadores. Torna-se necessário levar em linha de conta possíveis associações de empresas ou de negociantes, de que só a documentação notarial pode falar. Actualmente desenvolvemos um projecto de investigação no quadro do programa Sapiens da FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia que deverá trazer respostas mais concretas a este respeito. De resto, conhecemos os dados relativos ao número de operadores comerciais britânicos entre 1763 e 1769. Pode através deles verificar-se que esse número não sofreu alterações significativas relativamente ao período que antecede a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro:

ano	n.º de mercadores
1763	28
1764	30
1765	29
1766	31
1767	30
1768	28
1769	23

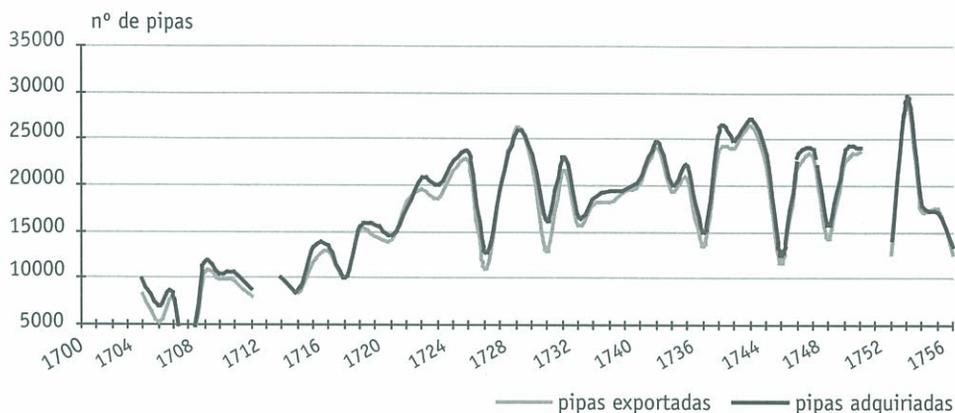
Dimensão da Feitoria Inglesa (1763-1769)

DER, Susam, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento no Portugal do Século XVIII*, Lisboa, 1980, p. 160. A autora refere 20 firmas e as nossas fontes apontam para 24.

¹⁸ AN/TT, *Ministério do Reino*, n.º 641, Caixa 745.

Equilíbrio entre a compra e exportação de vinhos pelos ingleses do Porto

O diagrama abaixo resulta da soma dos movimentos anuais de aquisição e exportação de vinhos por parte dos mercadores ingleses radicada na Cidade do Porto:



Comparativo entre o volume de vinhos adquiridos e exportados pelos mercadores britânicos do Porto (1700-1756) ¹⁹

A grande aproximação entre o volume de vinhos comprados em cada ano e as quantidades exportadas mostra bem o pragmatismo que os ingleses imprimiram ao trato com os vinhos do Porto. Não criaram stocks de vinho significativos²⁰. De resto, só necessitaram de o fazer a partir dos anos 40 do século e mesmo assim de forma tímida.

Entre 1700 e 1756, em média anual, os ingleses do Porto compraram 17470 pipas e exportaram 16414. O que significa que armazenaram na cidade ao longo desses anos, em média, em cada ano, 952 pipas de vinho, abatido já o valor de 4% relativo aos vinhos que vendiam para as tabernas do Porto como vinho de refugo. Significa isto que apostaram quase exclusivamente na exportação e que o seu envolvimento no trato dos vinhos para consumo na cidade do Porto ou noutros

¹⁹ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes ...*, vol. I, p. 275.

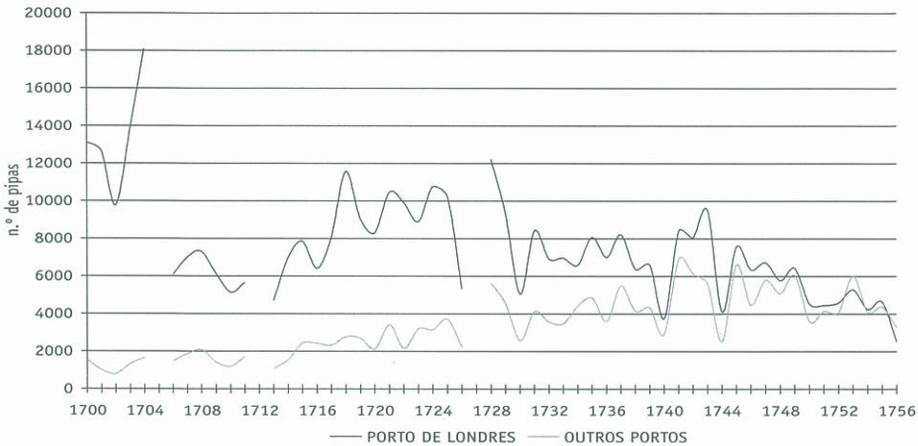
²⁰ Quando em 1756, o cônsul Robert Jackson apresentou um requerimento ao rei D. José I sobre a decadência dos vinhos de feitoria, deixou no texto uma indicação clara daquilo que os números evidenciam. Diz o cônsul inglês: "*Nessa idade feliz se carregava o vinho todo por comissão, e do Norte se mandava buscar logo no principio do ano e com ordens tão apertadas que pelos mezes de Marso e Abril ficavão as adegas dos Creadores varridas e as Loges dos comerciantes sem mais vinho que o preciso para o gasto das suas cazas: agora são contadas as encomendas, chegão muitos paquetes sem se pedir vinho, e quando se procura, he depois de apurado com dois, tres, e coatro annos de experiencia porque so assim se considera fixo e seguro*" BA. 44-XIII – 37, fls. 524-535 e 561.



pontos do reino foi quase insignificante, limitando-se aos vinhos cuja qualidade era duvidosa para serem carregados para o mar.

Os mercados exteriores

Procuramos no fundo CUST do Public Record Office, os valores de importação de vinhos do Porto. Estão representados no gráfico abaixo:



Importações de vinhos do Porto pelos portos de Londres e pelo conjunto de outros portos ingleses com excepção dos da Irlanda (1700-1756) ²¹

Até 1704 esses valores não aparecem identificados como “*Wine Port*”²², mas antes como “*Wine*” com indicação de proveniência Portugal.²³ A denominação “*Wine Port*” nas entradas de vinho proveniente de Portugal pela alfândega da capital britânica, só surge, com regularidade, a partir de 1706, altura em que as quantidades de vinho português importadas descem significativamente. Pensamos que a explicação para tão elevadas quantidades de vinho português entrado em Londres até 1704 poderá residir no facto de muito desse vinho ter tido origem, não na produção portuguesa, mas tratar-se de vinhos espanhóis e até mesmo franceses que, sob denominação de origem Portugal continuaram a alimentar o mercado inglês, numa altura em que a situação política europeia não permitia o livre curso daqueles vinhos no mercado britânico, situação decorrente da Guerra da Sucessão de Espanha.

²¹ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes ...*, vol. I, p. 283.

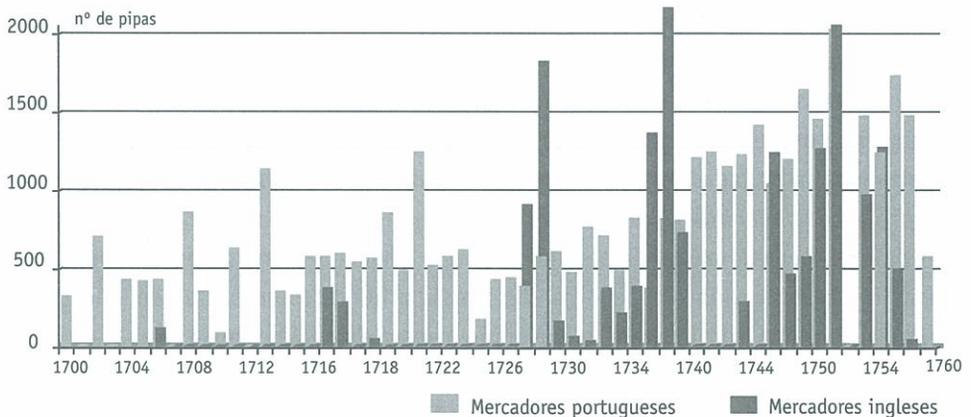
²² PRO. CUST-3 – 4, fól. 22, 23 e 151.

²³ Embora a expressão “*Wine Port*”, apareça no quadro das importações pelos outros portos de Inglaterra nos registos de 1700. PRO. CUST-3 – 4, fól. 151. PRO. CUST-3 – 7, fól. 129-130. PRO. CUST-3 – 8, fól. 43-44. Essa expressão só aparece regularmente a identificar os vinhos do Porto entrados pelo porto de Londres a partir de 1706. PRO. CUST-3 – 9, fól. 17.

Nessa altura, de forma legal, o registo das contas da alfândega londrina dão conta da entrada de vinhos sob a designação de “*spanish wine*”, “*Florence Wine*” e “*French Wine*”²⁴ oriundos de Portugal. Se o nosso país serviu como entreposto para dar cobertura a que vinhos franceses e espanhóis furassem o bloqueio britânico, não custa admitir que o contrabando também florescesse.

Verifica-se um movimento sincrónico entre as importações de vinhos do Porto pelo porto de Londres e pelos cais de outros portos ingleses, ao mesmo tempo que é possível notar um crescente interesse pelo vinhos do Porto que conhece limites no ano de 1740. As importações londrinhas e dos outros portos mostram que esse mesmo ano foi de forte quebra, com recuperação de 1741 a 1743, mas a partir de 1745, estes mercados entraram em franco declínio. Tal tendência, é aliás notória desde os inícios dos anos 30 do século para o mercado de Londres, compensada, no entanto, pela crescente afirmação dos vinhos do Porto nos restantes portos ingleses, que iguala e ultrapassa mesmo as importações de vinho do Porto por Londres a partir de 1752, altura em que a reputação dos mesmos diminui de forma assinalável.

É claro que não foram estes os únicos mercados que os ingleses do Porto usaram para colocar o vinho. O mercado brasileiro, apesar de lhes estar teoricamente vedado foi sempre procurado através dos comissários portugueses. É perceptível a associação entre firmas inglesas radicadas no Porto e agentes comerciais portugueses que exportam vinhos para o Brasil ao longo de toda a primeira metade do século XVIII:



Comparativo entre exportação de vinhos para o Brasil efectuada por mercadores portugueses e ingleses²⁵

²⁴ Em 1704, entraram no porto de Londres vindas de Portugal, 196 pipas de vinho espanhol à taxa de 20 a 24 libras por pipa; 14 pipas de vinho italiano a taxas que variaram entre 29 e 31 libras por pipa e 39 pipas de vinho francês, a taxas entre as 19 e as 20 libras por pipa. PRO. CUST-3 – 8, fól. 19-20.

²⁵ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes ...*, vol. II, p. 566.



Escolhiam sobretudo pequenos mercadores do Porto para seus representantes naquele mercado. É notório um progressivo envolvimento no trato dos vinhos para o Brasil por parte dos ingleses do Porto. Tal adesão, em termos quantitativos e por vários anos, ultrapassou mesmo o movimento registado em nome dos mercadores portugueses: 1731, 1738, 1739, 1746, 1750 e 1753. Estes dados demonstram o grande dinamismo dos britânicos no mercado brasileiro no qual penetram de forma tímida até 1730. A partir desse ano, a sua presença na faixa do negócio de vinhos para a colónia portuguesa foi regular, à excepção dos anos de 1741, 1742 e 1743, ausência que poderá encontrar explicação no envolvimento da Inglaterra na Guerra da Sucessão de Áustria, facto que funcionou como travão dos negócios ingleses em geral. Apesar disso, calculamos que 29,4% das firmas britânicas que operaram na cidade se interessaram pelo negócio de vinhos para o Brasil entre 1700 e 1756. De resto, o negócio de vinhos para a antiga colónia portuguesa contribuiu para estreitar a teia de relações que se percebe existirem entre os ingleses do Porto e os mercadores portugueses estabelecidos na cidade. As comissões que estes recebiam dos britânicos para colocarem vinhos no mercado brasileiro, justificam até certo ponto a forte animação dos mercadores de nacionalidade portuguesa, em torno do trato com o Brasil.

Os grandes agentes comerciais

Quem foram os grandes agentes comerciais ingleses no “Porto do Vinho” da primeira metade de setecentos? Constatam do quadro seguinte:

Nome da firma	Datas entre as quais operou na cidade	Quantidade média anual de pipas de vinho que manifestou na Imposição do Porto
Peter Dowker	1691-1745	1030
Casa Croft	1697-1756	2376
Os Jackson	1710-1756	829,5
Casa Warre	1718-1755	1071
Casa Taylor	1720-1756	1505
Offley	1719-1756	963

Peter Dowker, foi o fundador da primeira firma que mudou sucessivamente de nome, à medida das ligações de parceria que estabeleceu com outros britânicos que entretanto se lhe juntaram²⁶. Nos 55 anos em que esta firma se manteve activa no

²⁶ Peter Dowker – 1691; Dowker & Stukey – 1694; Dowker, Stukey & Peak – 1701; Dowker & Stukey – 1702; Dowker, Stukey & Stert – 1711; Stert, Hayman & C.º – 1724; Stert & Hayman – 1729 e Sampson & Richard Stert – 1731. CARDOSO, António Barros, Baco & Hermes....p. 295-300.

Porto, comprou em média anual 1030 pipas de vinho, das quais exportou 921. O período de maior importância dos negócios desta companhia inglesa em torno dos vinhos do Porto regista-se entre 1715, fim da Guerra da Sucessão de Espanha e 1741-1742. Os reflexos directos das perturbações causadas ao trato marítimo britânico após 1741, com o início da Guerra da Sucessão de Áustria, bem como a diminuição da qualidade e do prestígio dos vinhos do Porto nos seus habituais mercados, com ponto mais baixo em 1754, determinaram uma progressiva diminuição de actividade da firma de que Peter Dowker foi fundador.

Por troca com os vinhos do Porto, os vários mercadores que integraram a firma fundada por Dowker trouxeram ao Porto um vasto leque de mercadorias à semelhança do que sucedia com todas as grandes firmas inglesas. Contudo especializaram-se nos têxteis, a avaliar pelo volume de embarcações entradas na barra do Douro que carregaram um vastíssimo leque de fardos de fazendas secas, consignadas aos mercadores que integraram esta firma que manteve um vasto espectro geográfico de negócios que tocaram os principais portos da Europa do Norte e do Mediterrâneo.

A Casa Croft foi a segunda companhia a instalar-se no Porto no âmbito do negócio vinícola, iniciou actividade sob a designação social Phayre & Bradelys²⁷, com sede na Rua Nova²⁸. Estabelecidos no Porto e em Monção desde 1697, desconhecem-se contudo as datas exactas para o início da actividade comercial dos Croft na cidade do Porto. Ao certo sabe-se que foram dos primeiros a interessar-se pelo negócio dos “*Red Portugal Wines*”.

Embora o nome Croft não tenha aparecido na documentação da Feitoria Inglesa do Porto compulsada por Sellers, anteriormente ao ano de 1745²⁹, os registos da Imposição do Vinho, mostram que, mais cedo, os Croft aparecem associados à Phayre & Bradleys. De facto, no período em que esta firma surge nos registos da Imposição do Vinho sob o a designação de Bento Stafford (1716-1720) já é representada por um britânico de nome John Croft que assina pelo seu próprio punho os seus registos de entrada de vinhos no Porto. De resto, pelo menos desde 1720, que o nome é conhecido no trato vinícola³⁰. Os próprios registos da Feitoria referem-se ao enlace de Elisabeth Croft na Feitoria do Porto, em 23 de Outubro de 1737, com

²⁷ Phayre & Bradleys – 1697; Phayre & Bradley – 1709; Phayre, Bradley & Tilden – 1709; Tilden Thompson & Stafford – 1713; Tilden & Thompson – 1723; Tilden, Thompson & Croft – 1736; Thompson Croft & Mitchell - 1742-1759. SELLERS, Charles, o. c., p. 92.

²⁸ AHMP, L. 1320, *Imposição do Vinho*, fls.40.

²⁹ SELLERS, Charles, o. c., p. 135.

³⁰ AHMP, L. 1331, *Imposição do Vinho*, fls. 32.



John Thompson, motivo pelo qual os Thompson passaram a integrar a firma a partir de 1739³¹. O autor inglês deixou passar este facto sem lhe dar o devido relevo.

A Casa Croft comprou em média anual 2376 pipas de vinho e exportou 2270, entre 1700 e 1756. Fica claro também que a fase em que se registaram movimentos comerciais mais elevados se baliza entre o fim da Guerra da Sucessão de Espanha (1715) e o início da Guerra de Sucessão de Áustria (1741). A partir daí, apesar de alguma recuperação nos anos de 1744 e 1745, foi notório o decréscimo dos negócios em torno dos vinhos por parte desta Companhia. Por seu turno, em todo o período analisado, o ano de 1754 foi o que registou valores de movimento mais baixos, quer nas compras, quer nas vendas da Phayre e Bradley, então sob a firma Thompson Croft & Mitchell, indicador de que a casa acompanhou a retracção de mercado então verificada.

Se quisermos apontar uma época de maior prosperidade desta firma no negócio dos vinhos ao longo da primeira metade do século, ela situa-se entre 1724, ano em que as compras ultrapassaram pela primeira vez as 4000 pipas, o mesmo sucedendo às exportações³², e o ano de 1737 em que as aquisições e as exportações se aproximaram das 6000 pipas³³. De facto, Benjamin Tilden e Richard Thompson, contam-se entre os mercadores ingleses mais activos na cidade do Porto da primeira metade do século XVIII e, foram também eles os responsáveis pela gestão da casa Croft no seu período de maior sucesso comercial.

De salientar ainda uma apreciável penetração desta Companhia Inglesa no mercado local de vinhos onde colocava por ano mais de 100 pipas de vinho de refugio.

O leque de produtos que entravam na cidade por troca com os vinhos exportados por esta firma é muito vasto. O bacalhau foi produto âncora da firma na cidade, mas os Croft negociaram ao longo de toda a primeira metade do século XVIII com outros produtos alimentares como o camarão, a sardinha o peixe Lynn, manteiga, os queijos provenientes da Irlanda e os vinhos de outras paragens. Muitos vinhos de Lisboa não davam entrada sequer nos armazéns da firma, mas seguiam directamente rumo aos portos do Norte. Sobretudo Richard Thompson, um dos nomes grandes desta firma, manteve interesse comercial nos vinhos de Málaga, bem como nas passas e no azeite da mesma proveniência³⁴. De Alicante, saíram ainda alguns

³¹ SELLERS, Charles, o. c., p. 84.

³² AHMP, L. 1339, *Imposição do Vinho*, fls.24-29v. e 182-184.

³³ AHMP, L. 1352, *Imposição do Vinho*, fls. 50-61v. e 103.

³⁴ Na barra do Douro, entrou e foi vistoriado em 9 de Setembro de 1732, o navio *A Ana*, procedente de Málaga, carregado com estas mercadorias. Apenas fez escala no Porto já que seguiu para Inglaterra. AHMP, L.450, *Visitas de Saúde*, fls. 109v. O mesmo sucedeu em Outubro de 1738 com o navio *Bartolo e Diogo*, também procedente de Málaga, carregado com vinhos para Inglaterra. AHMP, L.456, *Visitas de Saúde*, fls. 135.

vinhos que passaram no Porto a caminho de Inglaterra no navio *Thomas e Jorge*, por conta do mesmo mercador³⁵. Tivemos também notícia da passagem pelo Porto, em 1743, de vinho das Canárias a caminho de Inglaterra, igualmente por conta de Richard Thompson³⁶.

O arroz foi, entre os produtos alimentares, aquele que mais se destacou. É mencionado em 42 navios entrados na barra do Douro consignados aos membros da Croft e era proveniente sobretudo das Colônias inglesas da América. O tabaco brasileiro e o sal tiveram também alguma expressão nos negócios da firma com a cidade de Lisboa.

Matérias primas destinadas à construção naval, nomeadamente o tabuado, os mastros para navios, o pez e a pregadura, interessaram ainda os fundadores da Casa Croft. O aço, o ferro em barra ou em arcos, destinado à tanoaria, o chumbo e o estanho, constituíram outro leque de mercadorias que ganharam relevo no trato destes negociantes. O linho, cânhamo os chapéus, faqueiros, penicos etc. fizeram também parte do universo de trocas comerciais que ajudaram a firmar a Croft no Porto.

O vasto mundo comercial de que deixamos nota, particularmente o que foi construído pelos três mais significativos membros da Croft, Benjamin Tilden e os irmãos Richard e John Thompson, centrou-se sobretudo na Terra Nova e nas colônias inglesas da América por causa do bacalhau e do arroz, produtos de especialização dos seus negócios, a par dos vinhos. Os navios que chegaram à cidade do Porto a eles consignados foram maioritariamente oriundos de portos europeus e tocaram com maior ou menor frequência portos importantes da Itália, como Génova, ou do Sul de Espanha, como Málaga, Gibraltar e Cádiz, bem como os principais portos portugueses, com destaque para Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Aveiro e Viana do Castelo. Mantiveram contacto com alguns portos das costas Galega e Cantábrica, alargando os seus negócios aos principais portos da França, Países Baixos e Norte da Europa, sem esquecer as ilhas atlânticas, evidenciando uma galáxia comercial notável para a época, cuja animação, em boa parte, se ficou a dever aos vinhos do Porto. A marca Croft acabaria por ser imortalizada pelo duque de Wellington, que, envolvido nas guerras peninsulares, ao que parece, não dispensava a companhia do *Porto Croft* durante as suas campanhas militares³⁷.

³⁵ AHMP, L.450, *Visitas de Saúde*, fls. 252v.

³⁶ AHMP, L.451, *Visitas de Saúde*, fls. 47.

³⁷ FERREIRA J.A. Pinto, *O Comércio do Vinho do Porto através da Correspondência de John Whitehead...*, p. 26 -42.



A terceira grande companhia vinícola inglesa do Porto foi fundada David Jackson em 1709³⁸. Robert Jackson, junta-se à firma a partir de 1715. Os Jackson, em média anual, fizeram entrar no Porto 829,5 e exportaram 801,5 pipas. Como contrapartida aos vinhos negociaram também em bacalhau como mercadoria de eleição. Também por isso os seus navios tocaram mais os portos da Nova Inglaterra do que quaisquer outros. Contudo, de Londres e Liverpool, bem como dos portos da Irlanda, faziam chegar ao Porto variados produtos. De notar ainda as ligações às colónias inglesas da América, bem como ao Brasil, concretamente às cidades da Baía e de Pernambuco onde também colocaram os seus produtos e de onde faziam rumar ao Porto mercadorias como o açúcar e os couros. Quanto a portos nacionais, Lisboa foi origem de alguns produtos coloniais que venderam no Porto, bem como Aveiro, onde procuraram o sal.

Os cereais tiveram igualmente alguma expressão no seu trato, seguindo-se-lhe os têxteis e produtos destinados à construção naval como o breu e alcatrão. Couros, o carvão de pedra, o ferro, a aduela³⁹, as sardinhas, as carnes de vaca e de porco, os queijos, a manteiga e as garrafas foram produtos igualmente importantes do seu comércio no Porto.

Warre é nome de uma das mais antigas companhias inglesas estabelecidas na cidade do Porto. George Clark⁴⁰, um dos precursores desta firma, já em finais do século XVII se encontrava estabelecido na Rua Nova a negociar em vinhos⁴¹. Mas foi William Warre, que emprestou o nome a esta companhia inglesa de vinhos do Porto. Foi também o grande impulsionador dos negócios da firma na cidade (1735-1756). Graças à sua actividade, o movimento médio anual de compra de

³⁸ AHMP, L.442, *Visitas de Saúde*, fls.375v. Suspeitamos mesmo que estes Jackson se encontram no Porto e ligados ao negócio dos vinhos desde finais do século XVII. A partir de 1690, nos registos da Imposição do Vinho, é mencionado o nome de John Jackson. Nesse ano comprou 157 pipas, que exportou. AHMP, L. 1312, *Imposição do Vinho*, fls. 101. Em 1693, comprou 238 pipas, das quais vendeu na cidade, 7. AHMP, L. 1313, *Imposição do Vinho*, fls. 26 e em 1697, comprou 80 pipas, das quais vendeu no Porto apenas 3. Os seus movimentos são assinados por William Bruquin. AHMP, L. 1316, *Imposição do Vinho*, fls. 117.

³⁹ Este foi um artigo que não interessou os Jackson, ao contrário do que sucedeu com muitas firmas britânicas, já que apenas foi mencionado uma vez no conjunto dos 77 navios consignados a esta Companhia.

⁴⁰ AHMP, L. 1320, *Imposição do Vinho*, fls. 44-44v.

⁴¹ Desde 1695 que George Clarck se encontra no Porto ligado ao negócio dos vinhos, estabelecido na Rua Nova. Nesse ano manifestou 230 pipas, que exportou na totalidade. AHMP, L. 1314, *Imposição do Vinho*, fls. 142-142v. No ano seguinte, manifestou 489 pipas, das quais vendeu 28 no Porto. AHMP, L. 1315, *Imposição do Vinho*, fls. 32. O seu nome consta do livro respeitante a 1697. Então adquiriu 154 pipas das quais apenas vendeu 10 no Porto. AHMP, L. 1316, *Imposição do Vinho*, fls. 93.

vinhos por parte desta casa sobe para 1071 pipas e a média anual das exportações atinge as 997 pipas.

Após alguns anos de entrega aos negócios, em 24 de Setembro de 1745, William Warre casou no Porto com Elisabeth Whitehead, irmã do cônsul inglês e notável figura da cidade da segunda metade do século XVIII⁴². Ainda antes da criação da *Companhia dos Vinhos*, a numerosa família de William Warre, marcou, definitivamente, os negócios no Porto do segundo quartel do século XVIII e até finais desta centúria transformaram-se numa das mais prestigiadas e distintas famílias inglesas da cidade. Proprietários de consideráveis domínios de terra em Vila Nova, no século XIX, os seus descendentes viriam a tornar-se também grandes proprietários de quintas no Alto-Douro⁴³, aliando assim a actividade comercial à produção de *Vinhos do Porto*.

Os navios que chegavam ao Porto consignados aos Warre eram sobretudo provenientes dos portos do Sul da Inglaterra. O trato do bacalhau a que também se dedicaram, justifica o número assinalável de barcos chegados com origem na Terra Nova. Alguma expressão tiveram também os negócios com as colónias da América do Norte em torno do arroz. Contudo, o universo de negócio dos Warre centrou-se sobretudo na Europa, particularmente nos portos britânicos. O porto de Londres foi, de longe, aquele onde se concentraram os maiores interesses comerciais dos fundadores da Warre. Alguma expressão tiveram também as trocas com outros portos como Hull, Southampton, Plymouth e Topsham. Riga, destaca-se no número de navios consignados a John Clark um dos fundadores da Warre. À semelhança de outras firmas britânicas de dimensão considerável, também os Warre, mantiveram ligações comerciais com cidades italianas, do Sul de Espanha e negócios com grande número de portos das costas portuguesa, galega e biscaíña, chegando aos mais importantes portos alemães e suecos, o mesmo é dizer, circundando toda a Europa Ocidental.

Os mercadores ingleses que sucessivamente foram dando corpo à Warre ao longo da primeira metade de Setecentos, também se especializaram no trato de alguns produtos. Destacam-se os cereais, nomeadamente trigo, milho, arroz e cevada, que constituíram produtos âncora do negócio da casa Warre. Seguem-se-lhe as fazendas secas, panos de lã, algodão, fazendas de vários tipos, tecidos de linho, cânhamo e baetas. A aduela, o bacalhau e o linho foram igualmente mercadorias importantes. O carvão, ferro tabuado e o tabaco, tiveram também alguma expressão, mas não

⁴² SELLERS, Charles, o. c., p. 85, assento n.º 26.

⁴³ Idem, p. 56.



restam dúvidas de que foram os cereais a mercadoria que ancorou os Warre nas trocas com o vinho do Porto.

Já após a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, William Warre foi cônsul da nação britânica na cidade do Porto⁴⁴. Por sua conta foram manifestadas ao instituto pombalino entre 1763 e 1769, em média anual, 963,7 pipas de vinho que guardava nos grandes armazéns que possuía em Vila Nova, cuja dimensão, por essa altura, só encontravam par nos de Domingos Clamouse Brown, cônsul da nação francesa que custaram cerca de 150.000 cruzados, cujo rendimento anual rondava os 4.000\$000 réis⁴⁵. Estes movimentos de compra de vinhos e da posse de infra-estruturas de armazenamento de tão importante dimensão, são sinais claros da vitalidade da firma, que conseguiu ultrapassar, com sucesso, os percalços criados pelas medidas reguladoras de Pombal destinadas ao trato britânico dos vinhos do Porto.

A Casa Taylor deu origem a um dos mais famosos e respeitados nomes no âmbito dos vinhos do Porto. O nome e julgamos que a qualidade dos produtos que colocam no mercado, ainda hoje vendem. O arranque dos negócios de Peter Bearsley em torno dos vinhos no Porto demonstra tratar-se de casa bem fundada sob o ponto de vista financeiro e bem implantada nas praças do norte de Portugal. De facto, o primeiro movimento foi já de 832 pipas de vinho, integralmente exportadas para o *Norte*. A casa tratava não apenas com vinhos do Douro, mas também com vinhos verdes da região do Minho.

As médias de compra e exportação da casa originária da actual Taylor, foi de 1505 pipas/ano nas compras e 1471 pipas/ano nas exportações, números que posicionam Peter Bearsley entre os principais mercadores ingleses radicados no Porto da primeira metade do século XVIII. Ao longo deste período os fundadores da Taylor apresentam uma tendência constante de crescimento. O ano de 1726, que, quer no movimento global de vinhos na cidade do Porto, quer no plano das exportações foi um ano de crise notória, decorrente de uma vindima muito fraca em 1725, reflectiu-se nos negócios do mercador inglês Peter Bearsley que recuperou nos anos seguintes, com destaque para o ano de 1728, em que a sua conta ultrapassou pela primeira vez as 3000 pipas, quer nas aquisições, quer na exportação.

Em 1739, a entrada na sociedade dos seus irmãos William Bearsley, e Charles Bearsley, fez com que, pela primeira vez, a firma ultrapassasse as 4000 pipas nos movimentos declarados na Imposição do Porto. Conheceu o seu melhor ano de negócios em torno dos vinhos em 1743, quando se aproximou das 5000 pipas transaccionadas.

⁴⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, Porto, 2001, p. 160.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

Os Bearsley, já o afloramos, não se dedicaram exclusivamente ao negócio dos vinhos do Douro. Uma parte dos vinhos que entravam no Porto em seu nome tinham como designação de origem “*vinho de Viana*”, contudo tais vinhos não representaram senão 1,38% de todas as compras por eles efectuadas ao longo do período estudado. Estamos a falar de uma média anual de 48 pipas de vinhos de Viana.

Quanto à sua penetração no mercado local, também não foi significativa, representou apenas 1,8% das aquisições de vinhos registadas na Imposição do Porto. Mais uma vez, vinhos de refugo, ou seja, sem qualidade para exportação.

Os Bearsley ancoraram-se na cidade do Porto em múltiplos negócios. Isso nos indicou o movimento de navios entrados na barra do Douro, carregados com mercadorias consignadas a estes mercadores ingleses. À semelhança da casa Warre, grande número de navios carregados com mercadorias diversas para a cidade do Porto eram oriundos dos portos do Sul da Inglaterra, como importante foi o trato destes mercadores com a Terra Nova e as colónias inglesas da América.

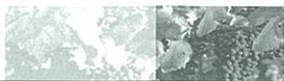
No trânsito para aquelas paragens, os Açores entravam na rota comercial destes pioneiros do negócio dos vinhos no Porto. As principais cidades costeiras do Sul de Espanha, de Portugal, da Galiza e da Biscaia foram também portos de origem dos navios consignados a esta firma, bem posicionada ainda nas trocas com o Norte da Europa.

Os cereais, foram a principal mercadoria trazida ao Porto pelos fundadores da Taylor. Menor expressão tiveram as aduelas, o bacalhau e o carvão de pedra, ainda assim, mercadorias que comercializaram, em quantidade. O ferro, as sardinhas e o queijo tiveram também alguma expressão no trato dos precursores da Taylor que venderam ainda no Porto pau de campeche, tinta, papel, tabaco brasileiro, caparosa, cera, açúcar, carnes, pregos, alcatrão, cobre, garrafas, linho etc. em suma, um pouco de tudo o que constituía o universo comercial dos britânicos.

Offley é outra marca igualmente ainda hoje conhecida de vinhos do Porto. Os Offley foram importantes mercadores na City de Londres. A firma foi fundada em 1719⁴⁶ por Gregory Bymes, Bymes & C.^a em 1723, Bymes & Hosey em 1729, Bymes & Talbot em 1747, Henry Bymes em 1756 e Stephenson & Searle em 1771. William Warthon, gerente da casa Offley & C.^a casou com Francis Stephenson⁴⁷ e, ao que conseguimos apurar, é esse o elo de ligação entre estas firmas da primeira metade do XVIII à Casa Offley.

⁴⁶ SELLERS, Charles, apresenta o ano de 1720 para a fundação desta firma. o. c., p. 93. Contudo, já em 1719, Gregory Bymes manifestava vinhos na Imposição do Porto. O nome que consta dos registos é o de Gregório Birne ou Berne. AHMP, L. 1334, *Imposição do Vinho*, fls. 166.

⁴⁷ SELLERS, Charles, o. c., p. 93.



Gregory Bymes, surge a manifestar vinhos no Porto a partir de Março de 1719. A primeira morada indicada parece corresponder não a instalações definitivas, mas provisórias. A indicação à *Alfândega*, poderá significar que Gregory Bymes se instalou nesse ano em casa do seu primeiro e principal colaborador português, Manoel da Fonseca Guimarães, morador na contígua Rua da Fonte Aurínea⁴⁸. Nos movimentos do ano seguinte, a sede da firma é já a Rua Nova⁴⁹, local onde permaneceu até 1756.

Elias Hosey, junta-se a esta Companhia no ano de 1722 e não em 1729 como refere Charles Sellers. De facto, foi em 1722 que Elias Hosey começou a deixar a marca da sua assinatura nos registos da firma.

Entre 1719 e 1756, os movimentos de compra e exportação de vinhos dos Bymes na Imposição do Porto surgem divididos em dois períodos distintos: o primeiro, de 1719 a 1725, em que o nome de Gregory Bymes é referenciado como manifestante e um segundo período, entre 1726 e 1756, em que quem figura é Henry Bymes & C.^a.

Que vinhos movimentaram? Sobretudo os vinhos do Douro, mas também algum vinho de outras proveniências. Em média anual, a primeira fase de funcionamento da firma precursora da Offley no Porto, saldou-se por compras médias anuais de 491 pipas de vinho, das quais exportou 459. Já sob a firma Henry Bymes & C.^a, os precursores da Taylors adquiriram 1008 pipas de vinho, das quais exportaram 931.

Dissemos já que, tanto Gregory como Henry Bymes, adquiriram alguma porção de vinhos de outras origens que não o Douro, de onde vieram os vinhos que constituíram a base do seu trato. Que vinhos foram esses? Os vinhos de Lisboa representaram a maior fatia, chegaram ao Porto 380,5 pipas. Os vinhos denominados da Serra da Estrela "*vinhos da Covilhã*", ocuparam o segundo lugar nas contas desta Companhia, que também comprava vinhos de Viana e da Anadia.

Os precursores da Offley tinham contactos comerciais com os portos do Mediterrâneo, costas portuguesa, galega e no Golfo da Biscaia, alguns portos da Rússia e da Suécia. No entanto, foram os cais do Sul da Inglaterra, com destaque para os de Londres, que viram partir a maior parte dos navios que os Bymes fizeram aportar à ribeira do Porto com mercadorias destinadas ao seu negócio na cidade.

⁴⁸ Manoel da Fonseca Guimarães, aparece uma única vez na Imposição do Vinho, a manifestar por sua conta e risco. Trata-se do movimento efectuado em 1 de Julho de 1732, de 2 pipas apenas, das quais não pagou imposição por terem sido remetidas para o Brasil. AHMP, L. 1347, *Imposição do Vinho*, fls.220.

⁴⁹ AHMP, L. 1335, *Imposição do Vinho*, fls. 76.

Os cereais foram a sua mercadoria de especialização. O bacalhau, não teve expressão de relevo. As fazendas, mostraram-se em grau de importância a par com o carvão de pedra e da aduela no volume dos negócios desta firma. À semelhança de outras companhias inglesas, os Bymes, também não limitaram o seu trato a estes produtos. Para além das mercadorias já mencionadas, venderam no Porto, couros, remos, pau de campeche, caparosa, biscoito, drogas, sedas da Índia, chapéus, lã, pescada, arenques, aço, chumbo, ervilhas secas, algum açúcar, cravilha e até mobiliário⁵⁰.

Já no século XIX (1831), entraria para esta firma uma das personalidades mais conhecidas na história dos vinhos do Porto, precisamente Joseph James Forrester (o Barão Forrester) cujo protagonismo no debelar das crises que a agro-indústria dos vinhos do Porto atravessou a partir da década de 40, o levou a granjear mesmo a inimizade de alguns dos seus compatriotas acoitados na Feitoria Britânica do Porto. Dispensamo-nos de salientar os seus importantes e conhecidos contributos para a história da região.

A terminar

Muitas mais firmas se fixaram aqui no Porto em torno do negócio vinícola⁵¹. Seleccionamos apenas as que, logo nos inícios do Século XVIII mais se destacaram. Afinal elas ilustram o comportamento comercial que se generalizou entre os mercadores ingleses do Porto. No âmbito do programa Sapiens *POCTI – Douro e Porto – a complementaridade intemporal*, procuramos nesta altura conjugar o conhecimento que fomos cristalizando ao longo do tempo sobre estes e outros agentes comerciais ligados aos Vinhos do Porto, com pesquisas que desenvolvemos nos registos notariais do Porto que pretendemos alargar a registos documentais existentes nas principais cidades de contacto de muitos destes mercadores, um pouco por toda a Europa. Objectivo: perceber a teia de relações internacionais destes britânicos do Porto e fazer luz sobre a importância do “Porto do Vinho” na Europa de setecentos.

⁵⁰ AHMP, L. 463, *Visitas de Saúde*, fls. 143.

⁵¹ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes ...*, vol. I, p. 293-465.